

Nota Informativa

Edição 131/2023

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Anatel e Idec realizam pesquisa sobre conectividade significativa

GOV.BR é destaque em painel do XII Congresso Consad de Gestão Pública

Regulação de plataformas 'não é fácil de avançar', mas Congresso 'tem que encarar', diz ministro

Anatel estuda publicidade em franquia e vincula ao sigilo dos dados

Presidente do TSE defende investimentos em segurança cibernética nos tribunais brasileiros

Mercado Livre apresenta ressalvas à atribuição da Anatel sobre mercados digitais

TSE convoca 'hackers do bem' para testar urnas eletrônicas

Custos de violação de dados no Brasil reduzem para R\$ 6,40 milhões

Prodam terceiriza desenvolvimento e investe em parque tecnológico

REFORMA ADMINISTRATIVA

Gestão participa de seminário sobre experiências internacionais em reformas administrativas

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Confira os novos integrantes do Conselho Consultivo da Anatel

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Volta do voto de qualidade do Carf é passo importante no projeto de Haddad de elevar receita

Câmara discorda da alíquota de 10% para antecipar IR em fundos exclusivos e deve

reduzir a 6%

Governo propõe elevação de limite anual do MEI para R\$ 144,9 mil

Governo deve publicar na sexta MP sobre taxação de fundos de super-ricos e PL sobre offshores

Nova emenda que beneficia municípios deve custar R\$ 19 bi à União

Estados e municípios poderão se endividar em mais R\$ 12 bi após esgotar R\$ 16 bi

JUDICIÁRIO

STF abre seminário internacional sobre segurança cibernética

POLÍTICA

Lula não definiu reforma ministerial e vai conversar com indicados na volta da África, diz Padilha

Comissão sobre direito digital debate poder normativo e poder regulador

RELAÇÕES EXTERIORES

FMI que se prepare, diz Lula ao comentar dívida de países africanos

Brics termina com vitória da China e sem vantagem real para Brasil

Brics estuda adoção de moeda comum, diz Lula

TRABALHISTA

Sancionada alteração de normas em audiências de causas trabalhistas

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Anatel e Idec realizam pesquisa sobre conectividade significativa

Poder Executivo | 25/08/2023 – 13h04min

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) inicia, na sexta-feira (25/08), a realização de uma pesquisa sobre conectividade significativa em parceria com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), que também conta com a participação da UIT (União Internacional de Telecomunicações). O levantamento irá complementar a Pesquisa de Satisfação e Qualidade Percebida, já em curso, e será realizado por telefone entre os meses de agosto e outubro, devendo entrevistar consumidores dos mais diversos perfis em todo o país. A expressão “conectividade significativa” é usada para se referir a uma experiência na internet que contribua para a inserção social e econômica dos usuários, de forma segura e com custo acessível para o consumidor. Para se alcançar esse nível de conectividade é necessário, além de uma infraestrutura de telecomunicações desenvolvida, que os consumidores tenham acesso aos dispositivos adequados e possuam as habilidades digitais necessárias para o melhor aproveitamento das atividades realizadas no mundo online. Como resultado desta pesquisa, a Anatel e o Idec esperam obter informações sobre a experiência relacionada ao uso da internet pelo celular e também pela internet fixa, questões relativas à fruição e consumo dos serviços e acesso a políticas públicas, dispositivos utilizados para acessar a rede, bem como os principais perfis de atividades online realizadas. Os resultados devem contribuir para a implementação, por parte da Anatel e de outros

órgãos públicos, de ações e políticas públicas mais efetivas relacionadas ao tema. Fonte: ASCOM Anatel

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

GOV.BR é destaque em painel do XII Congresso Consad de Gestão Pública

Poder Executivo | 25/08/2023 – 12h53min

A experiência brasileira com governo digital foi debatida na terça-feira (22/8) durante o painel "Governo Digital - cases internacionais", realizado no XII Congresso Consad de Gestão Pública, em Brasília. A transformação digital brasileira tem uma economia potencial anual de R\$ 5 bilhões e mais de 150 milhões de cidadãos cadastrados. Para a secretária adjunta de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Luanna Roncaratti, a plataforma GOV.BR é o símbolo do governo digital brasileiro, que tem um olhar de transformar o governo em único, simples e fácil para todos os cidadãos, respeitando suas especificidades. "O GOV.BR trouxe uma mudança na jornada do usuário. Há pouco tempo, as pessoas buscavam por serviços presenciais. E agora temos uma mudança na curva, temos uma busca maior por serviços digitais, o que diminui muito a necessidade de as pessoas terem de se deslocar até agências físicas", explica Roncaratti. Segundo a secretária adjunta, alguns dos exemplos são o uso do Meu INSS e da Carteira de Trabalho Digital pela população brasileira. Fonte: ASCOM MGISP

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Regulação de plataformas 'não é fácil de avançar', mas Congresso 'tem que encarar', diz ministro

Poder Executivo | 25/08/2023

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, defende o avanço do debate sobre a regulação das plataformas digitais no Congresso Nacional, apesar de reconhecer que há "muita dificuldade de avançar". Ele falou sobre o tema ao ser questionado em entrevista à RedeTV!, publicada na sexta-feira, 25. "O mundo está tratando sobre isso e acho que o Brasil tem que manter o debate e encarar essa pauta. Agora, de fato, o ambiente no Congresso Nacional é polarizado, com muita gente ali [parlamentares] fruto das redes sociais. Uma matéria como essa gera uma conturbação ali dentro e acaba tendo muita dificuldade de avançar. Fora toda a movimentação das big techs em torno desse projeto", disse o ministro. Juscelino vê o fatiamento como a estrutura encontrada pelos deputados para avançar no tema. A Câmara espera votar, primeiramente, o Projeto de Lei (PL) 2370/2019, que trata dos direitos autorais na internet para, depois, voltar ao debate sobre o PL 2630/2020, conhecido como PL das Fake News, que cria normas mais focadas na responsabilidade das plataformas sobre conteúdos criminosos. A deliberação, no entanto, tem prazo incerto, aguardando o consenso entre os setores atingidos. Fonte: TeleSintese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel estuda publicidade em franquia e vincula ao sigilo dos dados

Poder Executivo | 25/08/2023

A área técnica da Anatel já concluiu o estudo sobre o consumo da franquia de dados no celular com as propagandas e anúncios vinculados aos diferentes sites, apps e mídias sociais que são acessados pelos brasileiros que têm um celular nas mãos e nos bolsos. O estudo foi realizado no âmbito da revisão do Regulamento Geral de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações (RQUAL), que está sob a relatoria do conselheiro Vicente Aquino há dezenas de meses. O estudo foi motivado por um pleito da Senacon – Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça, que formalizou, durante a revisão do RQUAL, o pedido para que a agência fizesse uma avaliação dos impactos dos anúncios nas franquias

de dados dos pacotes dos celulares, informaram fontes da agência. E o que a área técnica da Anatel constatou é que este tema está diretamente associado ao modelo de negócios de todos os serviços e aplicativos que transitam na internet. No âmbito das telecomunicações, também está vinculado ao preceito constitucional do “sigilo das comunicações”. Fonte: TeleSintese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Presidente do TSE defende investimentos em segurança cibernética nos tribunais brasileiros

Poder Judiciário | 24/08/2023 – 21h26min

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, defendeu investimentos do Poder Judiciário em segurança digital e em tecnologia da informação para prevenir, combater e responsabilizar ataques eletrônicos a sistemas e dados de instituições. O ministro reforçou essa premissa de gestão em manifestação, na quinta-feira (24), durante a abertura do Seminário Internacional de Segurança Cibernética nas Cortes Superiores, promovido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e realizado na sede do TSE, em Brasília. “Seminários como este mostram a importância de nós investirmos em segurança cibernética, investirmos em treinamento, lutarmos por investimento. Não há segurança sem investimento, por melhor que seja a boa vontade dos que militam na área”, frisou o presidente. “Trocar informações é um avanço muito grande”, acrescentou. Moraes mencionou os recursos aplicados pelo Tribunal nessa área em 2023 e citou aprimoramentos em curso em políticas institucionais do TSE relativas ao tema de segurança cibernética. Para Moraes, atacar a segurança dos tribunais superiores é atacar a soberania nacional, contexto agravado pelo fato de que – conforme também salientou – na América Latina houve 75% de aumento no número de ataques cibernéticos às instituições. Por isso, o ministro reiterou que o investimento em segurança cibernética deve contemplar as vertentes de prevenir os ataques e de responsabilizar os respectivos autores, passando também pelo treinamento de equipes. Fonte: ASCOM TSE

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Mercado Livre apresenta ressalvas à atribuição da Anatel sobre mercados digitais

Poder Executivo | 24/08/2023

A área técnica da Anatel já concluiu o estudo sobre o consumo da franquia de dados no celular com as propagandas e anúncios vinculados aos diferentes sites, apps e mídias sociais que são acessados pelos brasileiros que têm um celular nas mãos e nos bolsos. O estudo foi realizado no âmbito da revisão do Regulamento Geral de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações (RQUAL), que está sob a relatoria do conselheiro Vicente Aquino há dezenas de meses. O estudo foi motivado por um pleito da Senacon – Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça, que formalizou, durante a revisão do RQUAL, o pedido para que a agência fizesse uma avaliação dos impactos dos anúncios nas franquias de dados dos pacotes dos celulares, informaram fontes da agência. E o que a área técnica da Anatel constatou é que este tema está diretamente associado ao modelo de negócios de todos os serviços e aplicativos que transitam na internet. No âmbito das telecomunicações, também está vinculado ao preceito constitucional do “sigilo das comunicações”. Fonte: TeleSintese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TSE convoca 'hackers do bem' para testar urnas eletrônicas

Poder Executivo | 24/08/2023

O ministro Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, convocou

na quinta-feira (24/8) os especialistas em tecnologia da comunicação que tenham interesse de participar do teste Público de Segurança da Urna (TPS), que será feito por conta das eleições municipais de 2024. O teste será sediado pelo TSE entre 27 de novembro de 1º de dezembro e faz parte de um tradicional calendário colocado em prática pela Justiça Eleitoral para averiguar a confiabilidade dos equipamentos mais recentemente fabricados e que serão usados nas eleições. Os interessados devem preencher formulário de pré-inscrição no site do TSE e anexar documentos comprobatórios. Eles executarão planos de ataque em ambiente controlado com o objetivo de identificar vulnerabilidades ou falhas relacionadas à violação dos votos. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Custos de violação de dados no Brasil reduzem para R\$ 6,40 milhões

Mercado | 24/08/2023

O relatório anual do Custo das Violações de Dados, da IBM, mostra que o custo médio de uma violação de dados no Brasil diminuiu ligeiramente para R\$ 6,20 milhões em 2023, uma redução de 4% em comparação com 2022. No entanto, a situação é diferente na América Latina. A região atingiu recorde histórico no relatório, com um aumento de 18% no custo médio de uma violação de dados em relação ao ano passado. O estudo também aponta que os custos de detecção e escalada saltaram 24% em comparação com 2022, representando a maior parte dos custos de violação, e indicando uma mudança em direção a investigações de violação mais complexas. De uma perspectiva da indústria, os setores com o maior custo de violação de dados no Brasil foram Saúde (R\$ 10,58 milhões), Serviços (R\$ 8,07 milhões) e Tecnologia (R\$ 7,86 milhões). Fonte: TIinside

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Prodam terceiriza desenvolvimento e investe em parque tecnológico

Poder Executivo | 24/08/2023

Não é de hoje que o setor de tecnologia se ressentia da falta de mão de obra qualificada. Mas como visto na troca de experiências entre as empresas estaduais de processamento de dados no 50º Seminário Nacional de TIC para Gestão Pública, Secop 2023, alguns desafios são maiores do que outros. Como revelou o presidente da Prodam, Processamento de Dados do Amazonas, Lincoln Nunes, a empresa teve que rever profundamente processos depois que a pandemia de Covid-19 dizimou boa parte da estatal. "A pandemia foi um evento que nos tirou 40% da mão de obra em entrega de serviços. Tivemos que reinventar parte da empresa", ressaltou o executivo em entrevista à Convergência Digital. Reinventada, a empresa vai partir para um novo ciclo de investimentos, com recursos já garantidos do Banco Interamericano de Desenvolvimento para ampliação do parque tecnológico. Fonte: ASCOM MGISP

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA ADMINISTRATIVA

Gestão participa de seminário sobre experiências internacionais em reformas administrativas

Poder Executivo | 25/08/2023 – 11h42min

O titular da Secretaria Extraordinária para a Transformação do Estado do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SETE/MGI), Francisco Gaetani, integrou na quarta-feira (23/8) mesa que debateu o tema "Reformas administrativas: o que podemos aprender com as experiências internacionais?", em seminário promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Ao lado de Gaetani, também participou da

atividade o professor Geert Bouckaert, do KU Leuven — Public Governance Institute (Bélgica). O porta-voz da SETE/MGI ressaltou que mudanças nessa área enfrentam a barreira da desconfiança (especialmente dos setores financeiro e de regulação/antitruste), ainda na fase em que começam a ser discutidas. O secretário alertou que esse é um fator que não pode ser desconsiderado na condução de qualquer viés de reforma administrativa. Francisco Gaetani lembrou dos esforços para combater a corrupção em etapas anteriores de mudanças administrativas. Apontou que houve resultados positivos, mas não plenamente eficazes. “Estamos pensando em como lidar com isso no contexto de nossas reformas”, disse o secretário. Ele afirmou que a elaboração de novos modelos de governança precisam conter a participação social, com democracia mas de forma menos burocrática. Fonte: ASCOM MGISP

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Confira os novos integrantes do Conselho Consultivo da Anatel

Poder Executivo | 24/08/2023

Foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) da quinta-feira, 24, a lista dos novos integrantes dos novos integrantes do Conselho Consultivo da Anatel. Com estes integrantes, o colegiado fica completo. O Conselho Consultivo da Anatel é o órgão de da agência que prevê a participação da sociedade nas suas atividades e decisões. É composto por 12 membros, designados por decreto do presidente da República, mediante indicação dos representantes do Senado Federal; Câmara dos Deputados; Poder Executivo; entidades prestadoras de serviços; entidades de usuários; e entidades da sociedade. O colegiado está sendo colocado pelo presidente da Anatel, Carlos Baigorri, como um dos espaços que pode assumir as funções previstas no projeto de lei 2.630/2020, conhecido como PL das Fake News, atribuídas ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.Br). Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Volta do voto de qualidade do Carf é passo importante no projeto de Haddad de elevar receita

Poder Legislativo | 25/08/2023 – 13h29min

Foi aprovado, após um longo debate e por larga margem, o relatório sobre a volta do voto de qualidade do Carf do senador Otto Alencar na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos). Não houve mudanças em relação ao aprovado pela Câmara, e portanto pode ir ao plenário do Senado. Se for aprovado pelos senadores na próxima quarta-feira, será outra vitória importante de Fernando Haddad. Mais um passo dentro do projeto do ministro de aumentar a arrecadação, tampando os furos pelos quais o país tem perdido receita. O Carf é o conselho que decide qualquer litígio com a Receita Federal antes da Justiça. É a última instância na esfera administrativa dos conflitos entre a Receita e os grandes contribuintes, as grandes empresas, que possuem demandas de bilhões, como a Petrobras. São companhias que tem a capacidade de contratar grandes escritórios de advocacia, e se encontram alguma contradição, recorrem. No governo Bolsonaro, foi feita a seguinte mudança: tiraram o voto de qualidade, que dava à Receita o direito de decidir em caso de empate. É uma espécie de voto de Minerva do governo, e que será restabelecido com o projeto que será apreciado pelo Senado. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Câmara discorda da alíquota de 10% para antecipar IR em fundos exclusivos e deve

reduzir a 6%

Poder Executivo | 25/08/2023 – 11h31min

A cúpula da Câmara dos Deputados discorda da proposta do Ministério da Fazenda de cobrar uma alíquota de 10% sobre a antecipação do pagamento de Imposto de Renda (IR) dos fundos de investimentos exclusivos. A Casa deve reduzi-la a 6%, mesmo patamar aprovado em 2021, na reforma do Imposto de renda, segundo fontes ouvidas pelo Valor. O texto deve constar de medida provisória (MP) que será publicada até segunda-feira (28) para compensar o aumento da faixa de isenção da tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas. Os 6%, lembram fontes, foram o percentual combinado com representantes do mercado financeiro na época da reforma. O valor foi negociado pelo relator, o então deputado e hoje ministro do Turismo, Celso Sabino (União-PA), tendo como fiador o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). A cobrança, contudo, nunca chegou a ocorrer porque o Senado travou a reforma do Imposto de Renda e não a votou. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo propõe elevação de limite anual do MEI para R\$ 144,9 mil

Poder Executivo | 24/08/2023 – 22h25min

O teto de enquadramento do profissional autônomo em microempreendedor individual (MEI) poderá quase dobrar. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) informou na noite de quinta-feira (24) que propôs elevar de R\$ 81 mil para R\$ 144,9 mil o limite anual de faturamento para a categoria. A medida depende de aprovação do Congresso Nacional. No regime tributário simplificado, os microempreendedores individuais pagam apenas a contribuição para a Previdência Social e o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ou o Imposto sobre Serviços (ISS), dependendo da atividade. O Mdic também quer criar uma “rampa de transição” para que o MEI que amplie o faturamento seja considerado microempresa e migre para o Simples Nacional. Segundo o Mdic, o Comitê Técnico MEI, que faz parte do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte aprovou uma minuta com as medidas. “O Mdic avalia agora o formato a ser adotado para envio da proposta ao Congresso Nacional”, destacou a pasta. Atualmente, há 15,4 milhões de MEI registrados no país. Com o novo teto de faturamento, informou o Mdic, 470 mil novas empresas poderão se transformar em MEI. A pasta não divulgou a estimativa de renúncia fiscal com a medida. De acordo com a Receita Federal, o governo deixa de arrecadar R\$ 5,2 bilhões por ano com o regime especial. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo deve publicar na sexta MP sobre taxaço de fundos de super-ricos e PL sobre offshores

Poder Executivo | 24/08/2023 – 22h20min

O governo federal deve publicar na sexta-feira, 25, a medida provisória que estabelecerá uma taxaço de fundos exclusivos, também conhecidos como fundos dos super-ricos — que vêm sendo chamados pelo Ministério da Fazenda de onshores. Também deverá enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei para a tributação de offshores, segundo pessoas a par do assunto ouvidas pelo Estadão/Broadcast. Um dos pontos que a MP das onshores deverá trazer é a possibilidade de pagamento opcional antecipado de Imposto de Renda sobre estoque de fundos exclusivos. Fazenda fez mudanças em taxaço de offshore durante tramitação na Câmara após pressões do mercado. O PL das offshores deve seguir o texto que já estava sob análise do Congresso Nacional — com algumas possibilidades de ajuste. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Nova emenda que beneficia municípios deve custar R\$ 19 bi à União

Poder Executivo | 24/08/2023 – 19h52min

A redução da contribuição previdenciária de todos os municípios em negociação para ser incluída no projeto da desoneração da folha representará custo à União de cerca de R\$ 19 bilhões no total em 2024. A estimativa é do economista-chefe da Ryo Asset, Gabriel Leal de Barros, feita a pedido do Poder360. O benefício aos municípios consta da minuta de emenda elaborada pelo líder do União Brasil na Câmara, deputado Elmar Nascimento (BA). O texto estabelece uma redução do percentual cobrado sobre a folha dos municípios, calculado de forma progressiva segundo o PIB (Produto Interno Bruto) per capita. De acordo com o líder do Governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), e o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), ainda não há acordo sobre o assunto. A votação da prorrogação da desoneração da folha para 17 setores da economia está prevista para 3ª feira (29.ago). Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Estados e municípios poderão se endividar em mais R\$ 12 bi após esgotar R\$ 16 bi

Poder Executivo | 24/08/2023 – 19h50min

O CMN (Conselho Monetário Nacional) decidiu na quinta-feira (24) ampliar em R\$ 12 bilhões o limite para estados e municípios contratarem novas operações de crédito ainda em 2023 —o que proporciona um aumento de 75% no limite atual, que é de R\$ 16 bilhões e já está esgotado. A medida significa que governadores e prefeitos poderão ter acesso a dinheiro novo nos próximos quatro meses. A medida vale a partir de 1º de setembro. Desse valor, R\$ 9 bilhões poderão ter a União como fiadora, enquanto outros R\$ 3 bilhões serão operações sem garantia do governo federal em caso de inadimplência. A decisão ocorre num momento em que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) costura uma série de medidas para facilitar o acesso desses entes a fontes de financiamento. Os créditos podem ser usados para custear obras e outros investimentos, o que está em sintonia com o desejo do governo federal de induzir maior crescimento econômico do país. A medida também é anunciada em um contexto de penúria das prefeituras. Como mostrou a Folha, o aumento no número de municípios com as contas no vermelho no primeiro semestre de 2023, a um ano das eleições municipais, mobiliza centenas de prefeitos em busca de nova ajuda financeira da União. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

STF abre seminário internacional sobre segurança cibernética

Poder Executivo | 24/08/2023 – 21h15min

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, abriu, na noite da quinta-feira (24), o “Seminário Internacional de Segurança Cibernética nas Cortes Superiores” e ressaltou a necessidade da união de esforços e da criação de redes de confiança para enfrentar os desafios impostos sobre o tema. O evento, realizado na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília, vai até sexta-feira (25). Segundo a presidente do STF, a importância da confidencialidade nunca foi tão evidente no âmbito do Poder Judiciário, que tem o dever de proteger, com redobrado zelo, as informações sensíveis a ele confiadas. Ela observou que cada documento carrega a responsabilidade de resguardar não só informações, mas a dignidade de quem busca amparo na justiça. “A confidencialidade não é apenas uma obrigação. Ela é o alicerce da confiança que sustenta a nossa sociedade”, afirmou. Na opinião da ministra Rosa Weber, é necessário assegurar a verdade

nos registros judiciais, e a imutabilidade e a autenticidade dos dados são pilares da solidez da Justiça. A seu ver, garantir que todas as pessoas tenham acesso a informação é essencial numa sociedade justa e inclusiva. “A democracia é uma conquista diária a exigir cuidados permanentes”, finalizou. Fonte: ASCOM STF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Lula não definiu reforma ministerial e vai conversar com indicados na volta da África, diz Padilha

Poder Executivo | 25/08/2023 – 14h25min

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou na sexta-feira (25) que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai dar prioridade à definição da reforma ministerial quando voltar da viagem à África – ele desembarca no domingo (27) à noite, em Brasília. Segundo Padilha, os deputados Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) e André Fufuca (PP-MA) serão ministros, mas ainda falta Lula bater o martelo sobre quais pastas vão ocupar. “O presidente Lula gosta de conversar ‘olho no olho’ com as lideranças políticas, com as pessoas que foram indicados pelas duas bancadas federais para compor o governo”, disse o ministro, após participar do velório de Francisco Dornelles, no Rio. “O desenho não está definido. O presidente Lula, na ida à África, pediu informações para decidir esse desenho. O que já está decidido é acolher as duas indicações, do Republicanos e do PP. O presidente Lula, na volta da África, vai sugerir [o que fazer].” Padilha divagou quando foi perguntado sobre a possível criação de novas pastas e quais ministros vão perder os cargos nessa nova formatação. “Obviamente, tem que haver um reposicionamento de duas pastas, mas isso é o presidente quem vai definir. Não definiu ainda.” Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissão sobre direito digital debate poder normativo e poder regulador

Poder Legislativo | 25/08/2023 – 10h06min

A Comissão Especial sobre Direito Digital da Câmara dos Deputados promove, na próxima terça-feira (29), audiência pública com o tema "Direito digital: poder normativo e poder regulador". Foi convidado para discutir o assunto com os parlamentares, a pedido do relator, deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), o PhD em Direito Digital, Dr. Matheus Puppe. O colegiado avalia propostas para adaptar a legislação brasileira ao mundo atual de avanços tecnológicos e estabelecer a Política Nacional de Desenvolvimento Econômico Digital. "Nos últimos anos estamos nos desenvolvendo e nos reinventando por meio da tecnologia, sejam as mídias sociais, a interconectividade fundamental e mais recentemente o uso de tecnologia de aprendizado para emular as capacidades humanas e nos auxiliar em nossa evolução técnica", diz Lafayette de Andrada. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

FMI que se prepare, diz Lula ao comentar dívida de países africanos

Poder Executivo | 25/08/2023 – 12h58min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) indicou na 6ª feira (25.ago.2023) que vai começar a cobrar o FMI (Fundo Monetário Internacional) e os países desenvolvidos para que a dívida de nações africanas seja transformada em investimentos e obras de infraestrutura. O objetivo, conforme o petista, é que o continente cresça economicamente, distribua riqueza e crie empregos. “Meus amigos do FMI que se preparem”, disse. O petista está na Angola

para reunião bilateral com João Lourenço, presidente angolano. Em sua última live semanal “Conversa com o Presidente”, na 3ª feira (22.ago), Lula já havia se pronunciado sobre a questão da dívida de países em desenvolvimento: “Essa é uma discussão que temos que ter. É preciso dar um paradeiro nessa dívida. É preciso que o mundo rico entenda a necessidade de garantir aos países mais pobres que tenham oportunidades que ainda não tiveram”, afirmou na ocasião. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Brics termina com vitória da China e sem vantagem real para Brasil

Poder Executivo | 24/08/2023 – 18h48min

A 15ª Cúpula do Brics, realizada em Joanesburgo, na África do Sul, terminou na 5ª feira (24.ago.2023) com o fortalecimento da China e da Índia na influência sobre o bloco com a adesão de 6 novos países. O Brasil, porém, sai sem ter conseguido avançar em vantagens concretas. Aceitou a promessa de um apoio vocal, porém estéril, para pressionar o Conselho de Segurança da ONU a admitir novos integrantes permanentes. Ainda assim, o bloco amplia sua relevância internacional no objetivo de se contrapor aos grupos dos países ricos, em especial o G7, liderado pelos Estados Unidos. O Brics, composto atualmente por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, anunciou o início do processo de expansão do bloco. Eis os 6 países que integrarão o grupo a partir de janeiro de 2024: Argentina; Arábia Saudita; Egito; Emirados Árabes Unidos; Etiópia; Irã. O último país anunciado para o rol de novos participantes foi a Etiópia. O país africano entrou na lista no último dia de negociações a pedido da África do Sul para dar mais representatividade ao continente, que já tinha o Egito na lista dos postulantes. Com a nova composição, a população do grupo passou de 41% para 46% do planeta, especialmente pela presença de Índia e China, os mais populosos do mundo. Já o PIB (Produto Interno Bruto) do bloco expandido pode chegar a US\$ 32,9 trilhões em 2024, de acordo com projeções do FMI (Fundo Monetário Internacional). O valor representaria 29,7% do PIB global. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Brics estuda adoção de moeda comum, diz Lula

Poder Executivo | 24/08/2023 – 14h54min

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, confirmou que a Cúpula do Brics resolveu criar uma moeda para facilitar as trocas comerciais entre os países membros do bloco, que tem como membros criadores Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Ao dizer que não tem pressa, Lula destacou que as nações integrantes do bloco se comprometeram a estudar sobre a possibilidade e retomar a discussão na próxima reunião do grupo. “Ninguém quer mudar a unidade monetária do país. O que nós queremos é criar uma moeda que permita que a gente faça negócio sem precisar comprar dólar”, disse o presidente brasileiro, em entrevista coletiva após a Cúpula do Brics, que ocorreu nesta semana na África do Sul. “Nós resolvemos criar uma moeda, porque isso facilita a vida das pessoas, mas nós não queremos pressa porque não é uma coisa simples de fazer.” De acordo com ele, a área econômica de cada país membro fará estudos para que propostas sejam apresentadas na próxima reunião da cúpula, no ano que vem. “Acho muito importante a gente se preocupar em criar uma certa paridade em trocas comerciais.” Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TRABALHISTA

Sancionada alteração de normas em audiências de causas trabalhistas

Poder Executivo | 24/08/2023 – 17h32min

O vice-presidente Geraldo Alckmin, no exercício da Presidência da República, sancionou sem vetos a Lei 14.657/23, pela qual partes e advogados poderão se retirar de audiência em causas trabalhistas quando houver atraso injustificado. O texto foi publicado no Diário Oficial da União de quinta-feira (24). A norma é oriunda do Projeto de Lei 1539/19, do senador Styvenson Valentim (Podemos-RN), aprovado no Senado em 2019 na forma do relatório do ex-senador Antonio Anastasia oferecido à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Sem recurso para análise em Plenário, o texto foi enviado à Câmara dos Deputados, onde foi aprovado em 9 de maio. A lei sancionada modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, Decreto-Lei 5.452, de 1943) para prever que se, até 30 minutos após a hora marcada, a audiência, injustificadamente, não houver começado, as partes e os advogados poderão deixar o local. A audiência deverá ser remarcada pelo juiz ou presidente para a data mais próxima possível. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br